



Declaração do Conselho Nacional do Desenvolvimento Sustentável sobre

Economia Verde e Sustentabilidade

O Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS), reunido em Sessão Plenária, a 17 de Dezembro de 2010, vem manifestar o seu compromisso e solidariedade com uma das questões fundamentais a abordar no âmbito da Cimeira Rio+20, o tema designado por *Green Economy*, referido em vários documentos produzidos no âmbito da preparação da Cimeira, que referem: «*The Green Economy in the context of Poverty Eradication and Sustainable Development is one of the key themes to be addressed by the UN Conference on Sustainable Development in 2012*».

Consciente das suas responsabilidades o CNADS, com o intuito de contribuir para uma acção positiva das políticas públicas e dos actores da sociedade civil, chama a atenção para o seguinte:

1. As economias mais desenvolvidas e o sistema internacional no seu conjunto estão mergulhados numa crise profunda. O aspecto mais saliente do momento que atravessamos é que se tornou muito visível que o mundo contemporâneo originou múltiplas formas de insustentabilidade – ambiental, económica e social. De facto, a crescente financeirização da vida colectiva e a expansão das lógicas de mercado para domínios onde não é certamente o mecanismo social de regulação ou coordenação mais aceitável fragilizou a sociedade, ameaçou compromissos importantes e diminuiu as capacidades de organização social.
2. A noção de que a economia deve ser encarada, antes de tudo, como um sistema social equilibrado de criação de bem-estar, assente na provisão e no uso adequado dos recursos, tem sido seriamente posta em risco pelo predomínio de lógicas financeiras imprudentes, muitas vezes especulativas. Neste contexto os problemas ambientais foram agravados, atingindo limites sérios e que, ao lado deles, surgiram outros, relacionados com o emprego e com o lugar que é devido ao trabalho ou com o agravamento das assimetrias sociais.

3. O facto de a função social do crédito e do financiamento se ter desconectado da economia e dos objectivos de geração de riqueza, em favor de uma autonomização descontrolada da intermediação financeira e da especulação é, pois, um problema central dos nossos dias. Ele reflecte um fenómeno porventura ainda mais profundo que é a própria desconexão da economia relativamente à sociedade e ao imperativo de um desenvolvimento sustentável.
4. Tornou-se, também, claro que não basta desencadear processos regulacionistas ou afinar uma arquitectura regulamentar exterior. Apenas confinadas a si mesmas, estas são soluções frágeis e facilmente capturadas por lógicas que contrariam as finalidades sociais da economia e desvalorizam as capacidades produtivas e organizacionais, assim como a justa repartição e equitativo acesso à qualidade de vida.
5. Este conjunto de circunstâncias avivou com particular acuidade a necessidade de recriar formas de economia em que os objectivos de sustentabilidade – económica, social e ambiental – estejam presentes na lógica global de organização da economia real e dela façam parte intrínseca, gerando novos bens e serviços que mereçam a aceitação e a preferência dos consumidores, captem investimento e desenvolvam qualitativamente a produção e os mercados.
6. As chamadas soluções verdes, isto é, um conjunto de actividades em que sejam centrais preocupações de um desenvolvimento sustentável, objectivos que privilegiem a geração de capacidades humanas e organizacionais, a promoção de valores que criem comportamentos cooperativos e solidários, bem como a compatibilização entre a Humanidade e o Planeta, têm vindo a dar sentido ao que se vem designando por “economia verde”.
7. Para além dos objectivos de longo prazo que lhe são implícitos, de uma gestão ambientalmente responsável, associa-se à economia verde um elevado potencial de criação de emprego, uma significativa capacidade de racionalização dos consumos energéticos, uma forte propensão para gerar lógicas inclusivas e relações sociais mais equilibradas e um contributo útil para novas formas de equidade fiscal e de justiça social.
8. O reconhecimento deste tipo de soluções tem estado por detrás de iniciativas de carácter supranacional que procuram lançar e aprofundar o tema. São exemplos a Estratégia “Europa 2020”, da Comissão Europeia, a “Green



Economy Initiative”, das Nações Unidas (UNEP) e a “Green Growth Strategy”, da OCDE. A Rede Europeia sobre Desenvolvimento Sustentável (ESDN), de que o CNADS é membro, organizou, em Julho passado, em Ghent, uma reunião para discutir o assunto e está a preparar um documento sobre Green Economy.

9. No mesmo sentido, Achim Steiner, Sub-secretário Geral das Nações Unidas dirigiu-se recentemente aos membros do G-20, reunidos em Seoul, para que promovessem uma economia global mais sustentável, capaz de olhar para lá da definição limitada de riqueza presente no conceito de PIB e de contrariar as perdas que se registam nos ecossistemas, nas florestas e nas terras produtivas, nas cadeias alimentares e nos recursos naturais em geral, investindo e reinvestindo nos sistemas naturais.
10. Considera-se que uma economia verde é a que reconfigura as actividades económicas e as infraestruturais no sentido da obtenção de melhores retornos dos investimentos, em termos humanos e ambientais, com redução de impactos gravosos e melhor uso dos recursos naturais. Os sectores das tecnologias e das energias renováveis são particularmente importantes neste contexto, designadamente na resposta às alterações climáticas, mas é certo que o essencial está na redefinição das formas gerais de organização da economia, nas cidades, na mobilidade, nos serviços e nas empresas industriais.

Tendo presente este enquadramento o CNADS:

- Convida os cidadãos, as organizações e as instituições a reflectirem, pela sua manifesta oportunidade, sobre o potencial que a economia verde constitui para alcançar uma gestão ambiental adequada, visando os objectivos do desenvolvimento sustentável, bem como para valorizar a produção e a organização social e para introduzir dinâmicas sustentáveis na vida colectiva, em benefício da realização das capacidades humanas e da qualificação do país.
- Salaria a importância do debate interno e da mobilização dos interessados: cidadãos, administração pública central e local, empresas e outras organizações públicas e privadas, no espírito do “triálogo”, para que Portugal possa caminhar para uma economia verde e contribuir para o cumprimento dos



objectivos da CNUAD 92 e da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Cimeira Rio+20) que se realizará em 2012.

Lisboa, 17 de Dezembro de 2010

[Aprovado por unanimidade na 2ª. reunião Extraordinária de 2010]

O Presidente

Mário Ruivo